

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.794 - MG (2019/0220178-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **ARLINDO FRANCO RODRIGUES**
RECORRENTE : **MARIA AUXILIADORA DE SENNA FRANCO**
OUTRO NOME : **MARIA AUXILIADORA DE SENA FRANCO**
RECORRENTE : **LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR**
RECORRENTE : **PEDRO LINHARES PINHO**
ADVOGADOS : **EVANDRO FRANÇA MAGALHÃES - MG033017**
: **TACIO LADEIA MELHEM - MG056872**
RECORRIDO : **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A -**
: **BDMG**
ADVOGADO : **LUIS FELIPE PIRES ALVES - MG062009**

EMENTA

BANCÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA. VIOLAÇÃO DE RESOLUÇÃO DO BACEN. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. CDC. INAPLICABILIDADE. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO.

1. Cuida-se, na origem, de embargos à execução.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. Não ocorre ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.
4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
5. Não incidem as normas do CDC, por ausência da figura do consumidor, na hipótese de contratação de crédito bancário com o propósito de ampliar capital de giro ou incrementar atividade econômica. Precedentes.
6. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à destinação do crédito contratado e à comprovação dos requisitos para o alongamento da dívida rural, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
7. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a

Superior Tribunal de Justiça

apreciação do recurso especial.

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ARLINDO FRANCO RODRIGUES, MARIA AUXILIADORA DE SENA FRANCO, LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR e PEDRO LINHARES PINHO, com fundamento, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 10/04/2019.

Concluso ao gabinete em: 22/08/2019.

Ação: embargos à execução, opostos pelos recorrentes, contra a execução de cédula de crédito rural pignoratícia promovida por BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - BDMG.

Sentença: acolheu em parte os embargos, apenas para determinar a limitação dos juros moratórios em 12% ao ano.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelos recorrentes, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 659):

"APELAÇÃO. EMBARGOS DE DEVEDOR. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL PIGNORATÍCIA. BDMG. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRECEDENTES DO STJ. TÍTULO EXECUTIVO. DECRETO-LEI N. 167/67. RITO CORRETO. ALONGAMENTO DA DÍVIDA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. AUSÊNCIA. DISCUSSÃO ACERCA DO EXCESSO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DO VALOR QUE SERIA DEVIDO E DA MEMÓRIA DO CÁLCULO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

A Cédula de Crédito Rural é título executivo hábil a embasar o processo de execução, nos termos dos artigos 9º, 10 e 41 do Decreto-Lei n. 167/67.

Consoante precedentes do Superior Tribunal de Justiça, não se aplicam as disposições do Código de Defesa do Consumidor quando o produto adquirido ou o serviço contratado tem como escopo o incremento de atividade econômica.

Conforme orientação da Súmula n. 298, do STJ, "o alongamento de dívida originada de crédito rural não constitui faculdade da instituição financeira, mas, direito do devedor nos termos da lei", porém, a renegociação somente deve ser entendida como obrigatória na confluência

dos requisitos legais.

Ainda que a apreciação dos embargos não tenha se limitado à alegação do excesso à execução, descabe o exame desse fundamento em sede recursal na ausência da memória de cálculo e declaração dos embargantes acerca do valor que entendem como correto".

Embargos de declaração: opostos pelos recorrentes, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 489, § 1º, IV e VI, 494, II, 994, IV, e 1.022 do CPC/15; 2º, 3º e 52 do CDC; 1º, 5º e 6º da Lei 9.138/95; 1º, 5º, 9º e 18 da Lei 4.595/64; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 10 e 14 da Lei 4.829/65; 333, II, e 739-A, § 5º, do CPC/73; 3º, II, da Resolução 2.471/98 do BACEN. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que: (i) o CDC é aplicável à demanda, sendo presumida a vulnerabilidade dos mutuários; (ii) era dever do recorrido demonstrar a existência de fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito subjetivo dos recorrentes ao alongamento da dívida; (iii) os requisitos para o alongamento da dívida estão presentes na hipótese; (iv) os embargos à execução foram opostos em 21/08/1998, não podendo a eles ser aplicado o disposto no art. 739-A, § 5º, do CPC/73, que fora instituído pela Lei 11.382/2006.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação de normas do BACEN

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que

entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, acerca da inaplicabilidade do CDC à demanda e da ausência de comprovação dos requisitos para o alongamento da dívida, de maneira que os embargos de declaração opostos pelos recorrentes com vistas ao revolvimento de tais temas, de fato, não comportavam acolhimento.

Ademais, observa-se que, por ocasião do julgamento dos aclaratórios, o TJ/MG enfrentou a questão relativa à aplicação do art. 739-A, § 5º, do CPC/73, sanando eventual omissão quanto ao tema.

Assim, observado o entendimento desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelos recorrentes não demonstram, pontualmente, como o acórdão recorrido violou os arts. 489, § 1º, IV e VI, 494, II, e 994, IV, do CPC/15; 3º e 52 do CDC; 1º, 5º e 6º da Lei 9.138/95; 1º, 5º, 9º e 18 da Lei 4.595/64; 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 10 e 14 da Lei 4.829/65.

Dessa maneira, o conhecimento do recurso especial é inviável, ante a carência da fundamentação, a atrair a incidência da Súmula 284/STF.

- Da inaplicabilidade do CDC

O Tribunal de origem alinhou-se à jurisprudência desta Corte ao entender que não incidem as normas do CDC, por ausência da figura do consumidor, na hipótese de contratação de crédito bancário com o propósito de ampliar capital de giro ou incrementar atividade econômica. Nesse sentido, confirmam-se: AgInt no AREsp 1.038.061/MG, 3ª Turma, DJe 01/09/2017; AgInt no

AREsp 555.083/SP, 4ª Turma, DJe 01/07/2019.

Acrescente-se que eventual alteração do entendimento do acórdão recorrido quanto à destinação do crédito exigiria o reexame de fatos e provas, o que, contudo, é vedado em sede de recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

De igual modo, não é possível ao STJ, na estreita via do recurso especial, averiguar se foram satisfeitos os requisitos para o alongamento da dívida rural, pois isso demandaria a incursão na seara fático-probatória do processo, o que é inadmissível, conforme a Súmula 7/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

Os recorrentes não impugnaram o fundamento utilizado pelo TJ/MG para entender que, independentemente da aplicação do art. 739-A, § 5º, do CPC/73, não é possível conhecer do suposto excesso de execução (e-STJ fl. 711).

Por isso, deve ser mantido o acórdão recorrido, tendo aplicação, na espécie, a Súmula 283/STF.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 593 e 667) para 15%, observada a concessão da gratuidade de justiça aos recorrentes.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts.

Superior Tribunal de Justiça

1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

